

RESENHA/REVIEW

BISOL, LEDA (org.) (1999) *Introdução a Estudos de Fonologia do Português Brasileiro*. 2ª Edição revista e ampliada. Porto Alegre: EDIPUCRS.

Resenhado por Maria Helena Mira MATEUS
(Universidade de Lisboa)

KEY WORDS: Phonological Theory; Autosegmental Phonology; Syllable; Stress; Vowel System; Consonant System.

PALAVRAS-CHAVE: Teoria Fonológica; Fonologia Autossegmental; Sílaba; Acento; Sistema Vocálico; Sistema Consonantal.

Os escassos três anos que medeiam entre a primeira e a segunda edições da *Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro* mostram que a obra foi apreciada e era necessária. Os estudos de fonologia do português, com boa tradição em Portugal e no Brasil, têm tardado em integrar as teorias posteriores a Chomsky e Halle (1968) – teorias que, diga-se de passagem, se multiplicaram nos últimos anos. É portanto de saudar o aparecimento desta obra, organizada por Leda Bisol com a colaboração de antigos mestrandos que são hoje, como afirma a organizadora no prefácio, professores de universidades brasileiras. Note-se ainda que, segundo menciona Leda Bisol também no prefácio, os diversos artigos, ainda que com referência de autoria, são “reflexo de muitas versões discutidas em classe, sedimentadas em alto espírito de coleguismo”. Este trabalho de equipa, raro no meio universitário que tende a valorizar o labor individual, é característica exemplar da obra agora em apreço.

Acrescente-se que a intenção anunciada de “introduzir a teoria fonológica não-linear de forma acessível ao ensino, de modo que estudantes de nível de graduação a ela também tivessem acesso” é indubitavelmente atingida, tanto na clareza da exposição como na proposta de exercícios com que termina cada capítulo. Nas universidades brasileiras e portuguesas o livro tem um lugar de preferência.

O capítulo inicial – Introdução à teoria fonológica – oferece uma criteriosa apresentação da investigação em fonologia, sinalizando os aspectos mais significativos das teorias linear e não-linear. Seguem-se capítulos sobre diversos aspectos da fonologia com aplicações ao português: a sílaba, o acento, o sistema vocálico e as consoantes. O livro termina por uma descrição sintética dos constituintes prosódicos hierarquicamente organizados.

A segunda edição exhibe, em relação à primeira, algumas diferenças que se podem considerar benéficas. Do ponto de vista gráfico há um claro progresso no relevo dado aos subcapítulos e na inserção de ‘caixas’ contendo conceitos a destacar, frases-resumo e lembretes. Além disso, há clarificação e/ou reescrita de algumas exposições, aumento de exercícios no primeiro e no quarto capítulos e a reunião das bibliografias parcelares numa única. E, ainda, a inserção de dois pontos que merecem ser destacados: o acento secundário e os ditongos nasais.

De uma forma geral, não podemos senão concordar com o modo correcto como é feita a apresentação da investigação de anteriores linguistas e como é desenvolvida a aplicação de novas teorias à fonologia do português. Existem no entanto algumas afirmações passíveis de discussão, umas originais outras veiculadas com aceitação. Sobre elas incide a parte restante desta recensão.

Neutralizações das vogais átonas

No capítulo 1.2.2.2 do livro (p. 74) reproduz-se a proposta de Wetzels (1992) segundo a qual as neutralizações das vogais átonas pertencem à fonologia pós-lexical, ou seja, resultam da aplicação de uma regra pós-lexical.

No português europeu, esta regra tem excepções. De forma geral, as vogais /e/, /ɛ/ (e /i/ em certos contextos) realizam-se como [ɨ], /o/, /ɔ/ e /u/ realizam-se como [u] neutralizando-se portanto as diferenças internas das duas séries. No entanto, em palavras como *objectção*, [obʒɛsɨw], *protector* [prutɛtɔr], *pregar* [prɛgár], *absorver* [ɛbsɔrvér], *adoptar* [ɛdɔtár] as vogais não estão sujeitas à neutralização. Trata-se de excepções à regra geral que são marcadas no léxico. De acordo com as características que diferenciam as regras lexicais e pós-lexicais, estas últimas não admitem excepções (cf. p. 73). Em consequência, esta regra do vocalismo átono situa-se, no português europeu, no nível lexical.

Poderá contrapor-se que, como as regras lexicais também preservam a estrutura (cf. p. 73), a vogal [i], que não pertence ao sistema, constituiria um argumento em favor da consideração das neutralizações como pós-lexicais. O que se passa, contudo, é que /e/, /ɛ/ se tornam [+altas] no nível lexical, e só pós-lexicalmente se tornam [+recuadas]. Daí a diferença entre variedades do português ([i] brasileiro vs. [i] europeu). A supressão desta vogal em certos contextos é indubitavelmente pós-lexical, visto que ela cria no português brasileiro, em palavras como *parentes* [parénts] ou *medicina* [medsína], “a africada não palatal, que não faz parte do sistema da língua” (cf. p. 71), e no português europeu, dá lugar ao surgimento de ataques de sílaba que violam o princípio da sonoridade, tal como em *meter* [mété] ou *pegar* [pégár].

Se mantivermos para o português brasileiro as neutralizações na componente pós-lexical, teremos que considerar uma diferença na gramática das duas variedades. Mas se aceitarmos que a neutralização e a supressão se integram em componentes distintas podemos entender que as duas variedades são passíveis de uma análise idêntica.

Falsos ditongos e representação das consoantes palatais

No capítulo 2.3 refere-se a ocorrência, antes de consoante palatal, de falsos ditongos em palavras como *peixe*, *ameixa* ou *caixa* (Bisol, 1989). Um dos argumentos de apoio é o facto de a palatal ser “uma consoante com articulação secundária, de acordo com a geometria de traços de Clements, uma consoante que possui tanto os traços consonantais propriamente ditos, quanto os traços vocálicos”, os quais se espraiam quando a consoante é precedida de /e/ ou /a/, criando a glide do ditongo (cf. p. 114).

Esta representação da consoante fricativa palatal com um traço secundário, (ou consoante complexa) não corresponde à consoante palatal do português europeu e brasileiro, que é uma consoante simples. De facto, uma consoante complexa não é só caracterizada por dois traços articuladores (a fricativa palatal é coronal e dorsal), mas é também necessário que o segmento formado “tenha constrições simultâneas” (por exemplo, o /l/ velarizado, [ɫ], é [+anterior] mas, simultaneamente, possui uma articulação secundária que o torna [+recuado]). Esta definição

correcta (cf: Clements & Hume. 1995) ocorre na página 201, indicando-se aí, como consoantes complexas, as palatalizadas e velarizadas que exibem, na realidade, constrictões simultâneas. Aliás, se tivermos em conta o conceito de subespecificação, as fricativas palatais podem mesmo ser identificadas por *um só traço articulador*, o coronal ([–anterior]), visto que o dorsal lhes é atribuído por defeito (as subespecificadas são [–recuadas]). Não se justifica portanto a sua representação no modelo de Clements e Hume (1995) como figura na p. 114.

Esta observação não implica discordância em relação à existência de dois tipos de ditongos – uns em que a glide resulta de vogal subjacente, como em *pauta*, e outros com glide inserida, como em *areia* ou nas terminações das 3^{as} pessoas do plural dos verbos. A variação entre as duas pronúncias de *peixe* p[éj]xe / p[é]xe também se dá quando o ditongo precede outras consoantes, como *feira* f[éj]ra / f[é]ra em que a glide provém de uma vogal subjacente. É certo que as palatais favorecem a inserção do iode (veja-se p.ex. *igreja* igr[é]ja / igr[éj]ja ou *fecho* f[é]cho / f[éj]cho), provavelmente pela conjugação dos dois articuladores, coronal [–anterior] e dorsal [–recuada], que também caracterizam o ponto de articulação da vogal alta [–recuada]. Mas os hiatos também dão ocasião ao aparecimento de falsos ditongos (p. ex. *areia* [ɛréjɐ] vs. *areal* [ɛrjáɫ] ou *passaio* [pɛséju] vs. *passaear* [pɛsjár]).

Em suma, a existência de verdadeiros e falsos ditongos não deve apoiar-se numa interpretação da fricativa palatal como consoante com articulação secundária, visto tratar-se de uma consoante simples, mas na conjugação de vários factores convergentes.

Nasais pós-vocálicas

É tradição da fonologia portuguesa considerar a existência da consoante nasal pós-vocálica antes de oclusiva com “pronúncia condicionada pelo contexto em que se encontra” (pp. 199 e 202). Na realidade, esta consoante não é sentida pelos falantes porque não é pronunciada, e a sua conservação nas actuais descrições fonológicas deve-se sobretudo às análises lineares que propunham uma consoante subjacente, com nasalização da vogal e posterior supressão antes de outra consoante. Do ponto de vista fonético, a sua presença é assinalada por um alongamento da vogal e pelo facto de o momento de implosão da oclusiva ser

ocupado pelos formantes da nasal. Se este aspecto fonético pode ser interpretado fonologicamente pela presença subjacente de um nó de raiz consonantal (Wetzels 1997), ou como um auto-segmento flutuante caracterizado apenas pelo traço nasal(cf. Clements &Hume. 1995:251-254), é uma discussão em curso com argumentos de apoio a ambas as posições. O que parece evidente é que tal consoante nasal não existe em superfície, pelo que não poderemos falar da sua pronúncia.

As observações feitas não tiram o valor à obra, antes mostram que, dos numerosos problemas abordados, a maioria tem uma apresentação clara e correcta, com reflexos importantes na investigação e no ensino da fonologia do português brasileiro e do português europeu.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CLEMENTS, G. E E. HUME (1995) The internal organization of speech sounds, in John Goldsmith (org.), *The Handbook of Phonological Theory*. London: Blackwell.
- GOLDSMITH, J. (org.) (1995). *The Handbook of Phonological Theory*. London: Blackwell.
- WETZELS, L. (1997)The lexical representation of nasality in Brazilian Portuguese. *Probus*, **9**, 203-232.
- MATEUS, M. H. E E. D' ANDRADE (in print). *The Phonology of Portuguese*, London: OUP

(Recebido em agosto de 1999; Aceito em outubro de 1999)